



RELATÓRIO DE AVALIAÇÃO

IV Curso de Iniciação Funcional para Magistrados

Módulo Nacional

Tribunais de Justiça dos Estados:

Minas Gerais – TJMG

Pará – TJPA

Paraná – TJPR

Rondônia – TJRO

São Paulo – TJSP

BRASÍLIA-DF

Julho/2013

COMPOSIÇÃO DA ENFAM

DIREÇÃO

Ministra **ELIANA CALMON** (Diretora-Geral)

Ministra **NANCY ANDRIGHI** (Vice-Diretora)

Juiz **RICARDO CUNHA CHIMENTI** (Juiz Auxiliar)

BENEDITO SICILIANO (Secretário-Executivo)

CONSELHO SUPERIOR

Ministra **Eliana Calmon**

Ministra **Nancy Andrighi**

Ministro **Arnaldo Esteves Lima**

Ministro **Castro Meira**

Ministro **Humberto Martins**

Desembargador **Marcos Alaor Diniz Grangeia**

Desembargadora Federal **Margarida Cantarelli**

Desembargador **Rui Stoco**

Juiz Federal **Walter Nunes**

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	3
1. DADOS GERAIS DO CURSO	4
2. AVALIAÇÃO DE REAÇÃO - INFORMAÇÕES GERAIS SOBRE A PESQUISA.....	4
2.1 Descrições das apurações dos dados da pesquisa – Fase quantitativa	5
2.1.1 Desenvolvimento do Curso	5
2.1.2 Apresentações das palestras e realização das oficinas.....	6
2.2 Transcrição da apuração das opiniões dos participantes – Fase qualitativa	9
3. INVESTIMENTOS	16
4. CONCLUSÕES.....	17

INTRODUÇÃO

A Escola Nacional de Formação e Aperfeiçoamento de Magistrados Ministro Sálvio de Figueiredo Teixeira (ENFAM), ao adotar visão humanística e pragmática da Educação, compreende que a sociedade carece de novo perfil de magistrado, qual seja: consciente do papel político e social da atividade judicante.

Nesse sentido, esta Escola realizou, no período de 13 a 17 de maio de 2013, IV Curso de Iniciação Funcional para Magistrados – Módulo Nacional, em parceria com os Tribunais de Justiça dos Estados: de Minas Gerais, Pará, Paraná, Rondônia e São Paulo.

Objetivou promover a ambientação dos novos juízes em relação à missão da Enfam e, ainda: i) favorecer o conhecimento do contexto político e institucional dos principais órgãos e entidades vinculados aos Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário; e ii) compartilhar informações sobre práticas de integração entre Judiciário e instituições convidadas.

A ação educacional foi desenvolvida em conformidade com a proposta metodológica pautada na perspectiva humanista, pragmática e sistêmica, com exposições de palestras e debates, focados na troca de experiências entre palestrantes e participantes – metodologia considerada eficaz para o aprofundamento das temáticas abordadas.

O curso foi coordenado pela Ministra Eliana Calmon (Diretora-Geral); Dr. Ricardo Cunha Chimenti (Juiz Auxiliar) e Dr. Benedito Siciliano (Secretário Executivo). Contou com o apoio da Escola de Magistratura Federal - 1ª Região (ESMAF) que disponibilizou o espaço físico e prestou auxílio nas questões de logística.

Os dados que fundamentam este relatório foram obtidos no documento disponível na plataforma da Enfam, intitulado “Relatório da Avaliação de Reação”, por meio do qual os magistrados participantes registraram suas impressões sobre o desenvolvimento do curso, conforme se vê a seguir.

1. DADOS GERAIS DO CURSO

Período de realização: de 13 a 17 de maio de 2013.

Carga horária: 47 horas-aula¹

Data/Horários:

13/05/2013 - TARDE: DAS 13h15 ÀS 19h

14/05/2013 - MANHÃ: DAS 8h30 ÀS 12h / **TARDE:** DAS 14h ÀS 19h

15/05/2013 - MANHÃ: DAS 8h ÀS 12h / **TARDE:** DAS 13h30 ÀS 18h30

16/05/2013 - MANHÃ: DAS 8h ÀS 12h30 / **TARDE:** DAS 14h ÀS 19h

17/05/2013 - MANHÃ: DAS 8h30 ÀS 11h

Local: ESMAF 1ª REGIÃO – SCES – Trecho 2, Lote 21 – Auditório – Brasília-DF.

Público-alvo: Magistrados recém-ingressos na carreira da magistratura dos Estados de Minas Gerais, Pará, Paraná, Rondônia e São Paulo.

Total de participantes do curso: 138 (cento e trinta e oito)

Avaliação de Aprendizagem: elaboração de Ensaio.

Certificação: finalizada a entrega dos ensaios, os 138 (cento e trinta e oito) magistrados receberam os certificados, disponíveis na plataforma da Enfam.

2. AVALIAÇÃO DE REAÇÃO - INFORMAÇÕES GERAIS SOBRE A PESQUISA

Abordagem/tipo de pesquisa: quantitativa-qualitativa.

Instrumento de coleta: questionário estatístico com questões estruturadas e fechadas e, também, com espaços para as avaliações qualitativas (registro das opiniões dos participantes).

A avaliação quantitativa ocorreu com a atribuição de conceitos (ótimo, bom, regular e ruim) aos itens relativos ao desenvolvimento dos cursos e expositores.

Forma de entrega e coleta: presencial, no último dia do curso, com questionários impressos.

Forma de tabulação/tratamento dos dados: tabelas/planilhas do Excel.

Universo da pesquisa: 138 (cento e trinta e oito) magistrados, participantes do curso.

Relatórios obtidos: 121 (cento e vinte e um).

Data da coleta: 17/05/2013 (último dia do curso).

¹ A carga horária foi calculada da seguinte forma: 1º dia – 5h45min, 2º dia – 10h30min, 3º dia – 9h30min, 4º dia – 11h, 5º dia – 2h30 / total: 39h15min = 39,25h = 47, h/a.

2.1 Descrições das apurações dos dados da pesquisa – Fase quantitativa

Na etapa quantitativa, o relatório “Avaliação de Reação” buscou obter impressões sobre o desenvolvimento do curso propriamente dito e quanto às apresentações dos palestrantes, conforme se vê:

2.1.1 Desenvolvimento do Curso

Foram avaliadas as seguintes variáveis com os respectivos itens:

a) Objetivo curso:

1. Desenvolvimento dos temas em relação aos objetivos do curso;
2. Adequação do conteúdo programático aos objetivos do curso;
3. Adequação dos materiais de apoio ao desenvolvimento dos temas;
4. Qualidade do material didático entregue (textos e apostilas, etc.);
5. Adequação da carga horária ao desenvolvimento dos temas;
6. Integração dos participantes para o desenvolvimento das atividades.

b) Organização do evento:

7. Apoio ao participante durante o evento;
8. Agilidade na resolução de problemas;
9. Qualidade das informações prestadas;
10. Infraestrutura (instalações e comodidade) do local do evento.

c) Aplicabilidade:

11. Utilidade dos conteúdos abordados no curso para as atividades desempenhadas no trabalho;
12. Capacidade de reconhecer as situações em que é possível aplicar os novos conhecimentos;

d) Avaliação geral do evento:

13. De modo geral, considere que este EVENTO foi....

Na opinião da maioria dos 121 (cento e vinte e um) participantes que responderam os questionários, o *Desenvolvimento do Evento* foi avaliado com conceitos entre “ótimo” e “bom”.

Os itens avaliados com maior destaque para o conceito “**ótimo**” foram os seguintes:

7. *Apoio ao participante durante o evento.*
8. *Agilidade na resolução de problemas.*
9. *Qualidade das informações prestadas.*
10. *Infraestrutura (instalações e comodidade) do local do evento.*

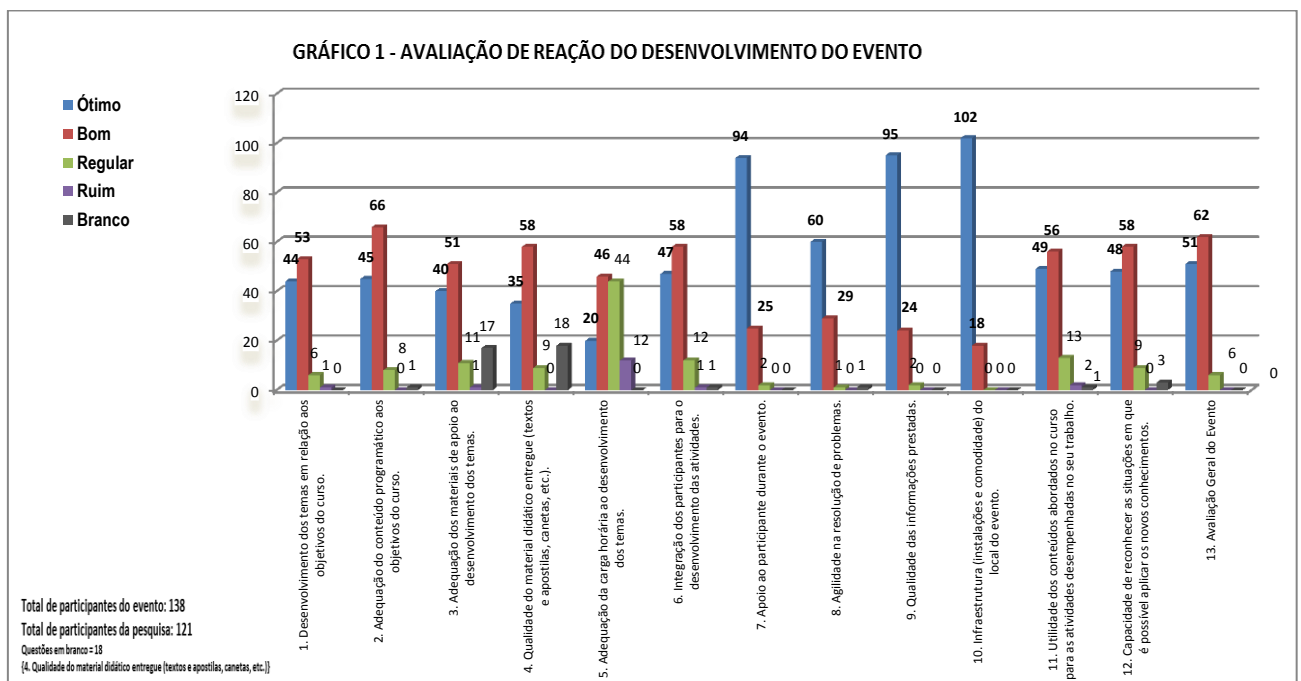
Os itens avaliados com maior destaque para o conceito “bom”, conforme respostas dos participantes foram os seguintes:

1. *Desenvolvimento dos temas em relação aos objetivos do curso.*
2. *Adequação do conteúdo programático aos objetivos do curso.*

3. Adequação dos materiais de apoio ao desenvolvimento dos temas.
4. Qualidade do material didático entregue (textos e apostilas, etc.).
5. Adequação da carga horária ao desenvolvimento dos temas.
6. Integração dos participantes para o desenvolvimento das atividades.
11. Utilidade dos conteúdos abordados no curso para as atividades desempenhadas no trabalho.
12. Capacidade de reconhecer as situações em que é possível aplicar os novos conhecimentos.
13. Avaliação geral do evento.

Foram verificados índices de respostas para os conceitos “regular” e “ruim” com maior destaque para o item nº 5 (*Adequação da carga horária ao desenvolvimento dos temas*).

O Gráfico 1 traz o panorama das avaliações obtidas:



A partir da taxa de retorno quanto ao item 13 (*Avaliação geral*) infere-se que, na opinião da maioria dos participantes da pesquisa, o evento foi considerado **ótimo**.

2.1.2 Apresentações das palestras e realização das oficinas

As palestras e oficinas abordaram os seguintes aspectos:

- 1) Sistema Carcerário e Medidas Socioeducativas (Departamento de Monitoramento e Fiscalização do Sistema Carcerário e do Sistema de Execução Medidas Socioeducativas do Conselho Nacional de Justiça – DMF/CNJ).
- 2) Departamento Penitenciário Nacional do Ministério da Justiça (DEPEN/MJ).
- 3) **Oficinas de trabalho** (Tema Único – Sistema Carcerário).
- 4) A Questão Racial no Brasil.
- 5) Principais recursos judiciais em matéria previdenciária.
- 6) Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) – Benefícios que mais geram demandas judiciais. Questões relativas à competência delegada.
- 7) **Oficinas de trabalho** (Tema Único – Direito Previdenciário).
- 8) Ações interdisciplinares no assessoramento à função judicante.

- 9) Oficinas de trabalho (Tema único - Estruturas existentes e procedimentos para instalação e utilização dos meios disponíveis ao aprimoramento da atividade judicante).
- 10) O Juiz e o Jurisdicionado.
- 11) O papel do Judiciário no combate às drogas.
- 12) Juizado Especial Cível e Criminal.
- 13) Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher.
- 14) Sistemas BacenJud e Renajud.
- 15) **Oficinas de trabalho** (Tema 1 – Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher).
- 16) **Oficinas de trabalho** (Tema 2 – Sistemas BacenJud e Renajud).
- 17) **Supremo Tribunal Federal.**
- 18) **Câmara dos Deputados.**
- 19) O Juiz e as Serventias Extrajudiciais.
- 20) Erradicação do Subregistro Civil.
- 21) **Oficinas de trabalho (Temas: Registro de Imóveis, Notas, Protestos e Registro Civil).**
- 22) Sustentabilidade – A experiência do STJ.
- 23) Estratégia Nacional de Combate à Corrupção e à Lavagem de Dinheiro (ENCCLA).
- 24) A Justiça Eleitoral.
- 25) **Tribunal Superior Eleitoral.**
- 26) O Juiz e a Sociedade.
- 27) Conselho de Controle de Atividades Financeiras (COAF).

Os referidos itens (entre temas e oficinas) foram bem avaliados com destaque para os conceitos “ótimo” e “bom”. Para o conceito ótimo tem-se os itens:

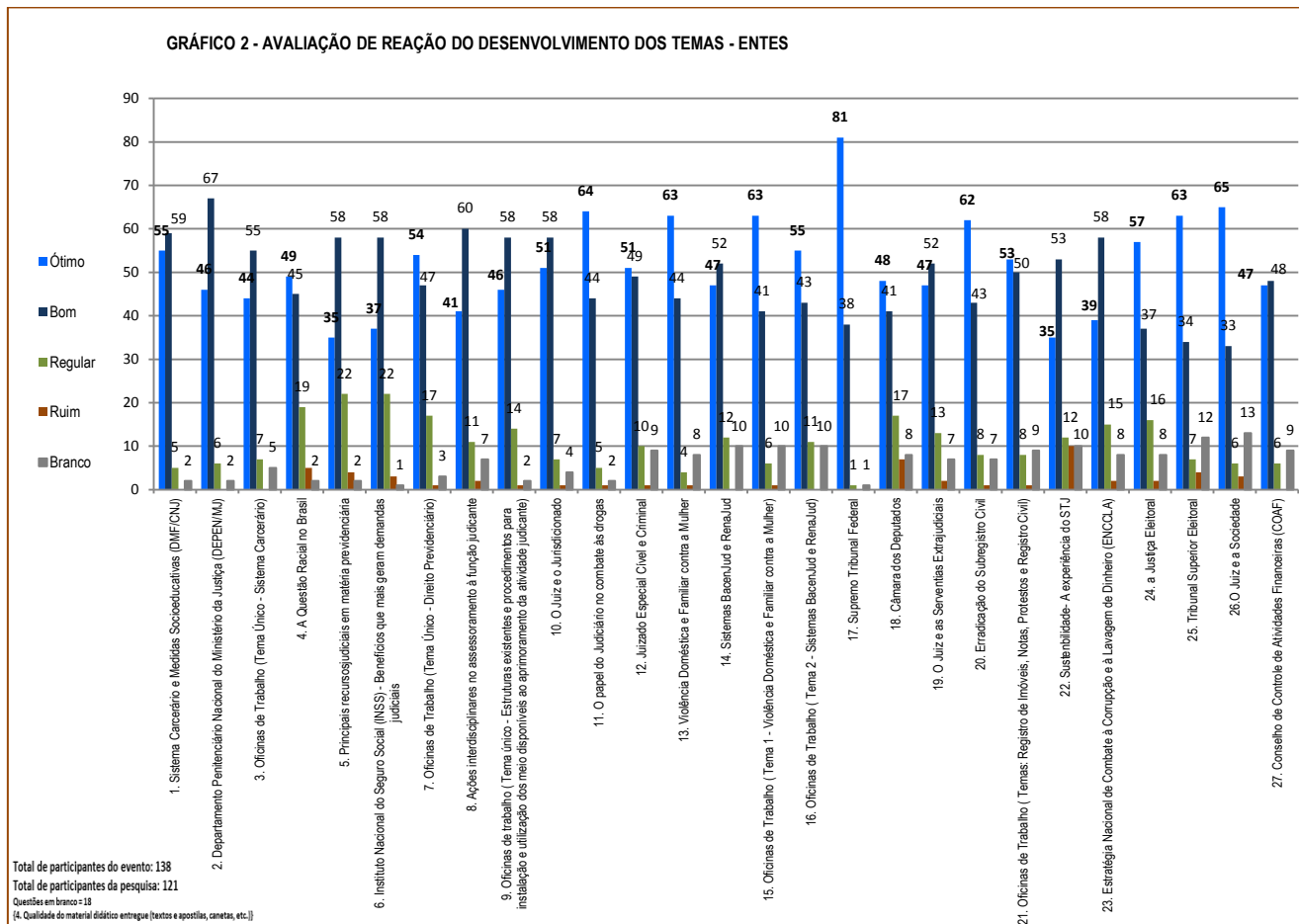
3. A Questão Racial no Brasil.
7. Oficinas de Trabalho (Tema Único - Direito Previdenciário)
11. O papel do Judiciário no combate às drogas.
12. Juizado Especial Cível e Criminal.
13. Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher.
15. Oficinas de Trabalho (Tema 1 - Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher).
16. Oficinas de Trabalho (Tema 2 - Sistemas BacenJud e Renajud).
17. Supremo Tribunal Federal.
18. Câmara dos Deputados.
20. Erradicação do Subregistro Civil.
21. Oficinas de Trabalho (Temas: Registro de Imóveis, Notas, Protestos e Registro Civil).
24. Justiça Eleitoral.
25. Tribunal Superior Eleitoral.
26. O Juiz e a Sociedade.

Os itens avaliados com maior destaque para o conceito **bom** foram os seguintes:

1. Sistema Carcerário e Medidas Socioeducativas (DMF/CNJ).
2. Departamento Penitenciário Nacional do Ministério da Justiça (DEPEN/MJ).
3. Oficinas de Trabalho (Tema Único - Sistema Carcerário).
5. Principais recursos judiciais em matéria previdenciária.
6. Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) - Benefícios que mais geram demandas judiciais.
8. Ações interdisciplinares no assessoramento à função judicante.
9. Oficinas de trabalho (Tema único - Estruturas existentes e procedimentos para instalação e utilização dos meios disponíveis ao aprimoramento da atividade judicante).
10. O Juiz e o Jurisdicionado.
14. Sistemas BacenJud e Renajud.
19. O Juiz e as Serventias Extrajudiciais.
22. Sustentabilidade - A experiência do STJ.

23. Estratégia Nacional de Combate à Corrupção e à Lavagem de Dinheiro (ENCCLA).

Dentre os 27 itens avaliados, registrou-se, também, respostas com conceitos “regular” e “ruim” para alguns dos itens apresentados, com destaque para os itens 5, 6 e 22, respectivamente, como se vê no gráfico 2.



2.2 Transcrição da apuração das opiniões dos participantes – Fase qualitativa

Na avaliação qualitativa, foram recebidas algumas observações/sugestão quanto à execução do curso como um todo. São elas:

Participante (P) 1: *Em que pese a extensa carga horária semanal, alguns temas foram expostos de forma muito rápida. Assim, acredito que poderiam ter sido realizados palestras maiores e com menor quantidade de temas.*

P2: *Penso que a carga horária do curso poderia ser maior. Aproveito o ensejo para parabenizar a cúpula da Enfam, bem como todos os demais organizadores, diante da importância do curso para nós e, também, para a sociedade que receberá um juiz mais consciente. Muito obrigada.*

P3: *No meu entender, o espaço de tempo das "oficinas" deveria ser maior, permitindo aos monitores/palestrantes responder, com tranquilidade, às indagações dirigidas a eles.*

P4: *Entendo que a distribuição do tempo dever ser repensada, no sentido de possibilitar um maior tempo de descanso ao aluno, visando, principalmente, aumentar o nível de atenção e produtividade.*

P5: *Sugestão: participação de um juiz do interior, por estar mais próximo da realidade do juiz recém-empossado.*

P6: *O conteúdo desenvolvido nas oficinas foi muito mais proveitoso aos magistrados, contudo, o tempo disponibilizado para essas atividades não foi suficiente para suprir todas as dúvidas das e necessidades.*

P7: *As atividades que mais tinham cunho prático foram as que menos tempo tiveram (as oficinas).*

P8: *O curso foi excelente! Parabéns a toda a equipe da ENFAM. Infelizmente, o tempo foi curto para desenvolver ainda mais os temas propostos, mas o objetivo de induzir uma reflexão foi certamente cumprido. Agradeço de forma especial o empenho do Dr. Ricardo Chimenti e da Dra. Sandra, que nos receberam com muita atenção e cordialidade.*

P9: *Sugestão: além de fomento à postura pró-ativa do magistrado, seria importante transmitir um suporte teórico para tanto, estudando noções de teoria crítica das várias áreas do Direito.*

P10: *Parabéns a equipe da ENFAM que esteve sempre a disposição para tornar a estadia agradável, e principalmente ao Dr. Chimenti que nos acompanhou nas visitas e durante todas as palestras, sobretudo por seus comentários após as suas realizações.*

P11: *Considerarei o curso bom do ponto de vista prático e os palestrantes bem escolhidos, já que experimentei nas respectivas funções. No entanto, considerarei o tempo das oficinas exíguo. Minha sugestão seria no sentido de diminuir o tempo das palestras e aumentar o tempo das oficinas. Outra sugestão seria no sentido de que fosse dedicado mais tempo a cada tema, mesmo que isto implicasse na redução do número de temas. Embora seja um curso de formação, sugiro também que o curso seja mais específico, de acordo com a área de atuação dos magistrados, já que nem todos respondem em Vara Jurídica.*

P12: *O evento foi muito bem organizado. Pontual. Com palestrantes excelentes.*

P13: *Reconheço e entendo preponderante a necessidade de um juiz político e socialmente integrado. O desafio é compatibilizar o excesso de trabalho e cobrança de metas e tal postura, especialmente na hipótese de o juiz sequer ter um assessor. Sugiro que o CNJ uniformizasse o número mínimo de servidores em cada Vara. Claro, reconhecida as peculiaridades de cada Estado.*

P14: *O tempo é extremamente exíguo para cada palestrante e não raro as palestras ultrapassaram em muito o tempo previsto. Ademais, o excesso de atividades em um período relativamente pequeno diminui a capacidade de aproveitamento, mormente ao final de cada dia."*

P15: *Os integrantes precisam estar mais centrados. Fica a sugestão de dissertações ao final dos dias para os juízes substitutos até como forma de avaliação do aluno.*

IV Curso de Iniciação Funcional para Magistrados – Módulo Nacional TJMG, TJPA, TJPR, TJRO, TJSP

- P16:** A carga horária deixou a desejar em algumas disciplinas (ex.: INSS e Extrajudicial), por se tratarem de temas complexos e que, no meu entender, mereciam maior atenção por parte da ENFAM.
- P17:** Em geral eu gostei muito do curso, mas entendo que as oficinas e debates são mais produtivos e merecem mais tempo no cronograma.
- P18:** Pouca disponibilidade de material. Importante a disponibilização de material online.
- P19:** Assuntos ligados mais ao ramo de atuação do Juiz Estadual.
- P20:** Acredito que, caso possível, seja interessante aumentar um pouco a carga horária do curso, com a finalidade de melhor desenvolvimento dos temas.
- P21:** Alguns temas foram desenvolvidos considerando uma estrutura mínima, mas que muitas vezes os juizes em início de carreira não dispõem, o que dificulta sobre a maneira na aplicação das ideias propostas.
- P22:** As visitas são cansativas e demoram muito tempo, o qual poderia ter sido aplicado oficinas e palestras sobre temas mais úteis ao nosso dia a dia, como direito previdenciário, por exemplo.
- P23:** Incluir visita ao CNJ.
- P24:** Sugiro que o curso seja realizado no decorrer do curso de formação que aconteceu nos Estados, para que se evite que o juiz recém ingressado em seu exercício tenha que o afastar da comarca.
- P25:** Na minha opinião o curso é muito curto, de modo que as matérias são abordadas de forma superficial, daí a razão pela qual não avaliei como 'Ótimo' a maioria dos itens.
- P26:** Incluir visitas aos gabinetes de ministros para ver a dinâmica dos assessores. Visita ao CNJ.
- P27:** Faltou aproximação das palestras à realidade das comarcas do interior do país. Em algumas palestras também não houve grande participação dos alunos, face ao cansaço advindo da carga horária.
- P28:** As oficinas deveriam ter uma carga horária maior, pois são nelas que discutimos as nossas dúvidas. Assim é mais eficiente o curso.
- P29:** Considero de grande importância uma abordagem sobre a gestão dos cartórios e de toda equipe que o integra (noções, dicas e formas de atuação e gerência).
- P30:** Sugiro que seja aumentada a carga horária das atividades para que sejam mais proveitosas as abordagens.
- P31:** As oficinas de trabalho, de maior aplicabilidade e importância para a iniciação dos magistrados acabaram prejudicadas em virtude das palestras que, ou sua maioria, trataram de temas já conhecidos e de forma extremamente pragmática. Também parece necessária uma maior integração dos magistrados dos diversos Estados participante para troca de experiências. Por fim, algumas visitas, sobretudo àquela ao Congresso Nacional pouco acrescenta para formação dos novos magistrados, podendo o período dispendido ser utilizado para desenvolvimento das oficinas.
- P32:** Acho que faltou tempo na oficina do INSS com os causadores dos Estados específicos. Acho que a palestra de 'Lavagem de dinheiro' foi longa e algumas partes tinham pouca aplicabilidade para o juiz estadual.
- P33:** Apenas acho que poderiam ter sido feitas algumas dinâmicas com vistas a uma maior integração dos participantes. Senti que os colegas permaneceram na maior parte apenas com os outros juizes de seu tribunal.
- P34:** Carga horária insuficiente. Assuntos de grande importância e pouco discutidos não ficaram suficientemente esclarecidos em razão do pouco tempo.
- P35:** Caso o curso fosse mais prático, o aproveitamento do mesmo seria bem melhor.

IV Curso de Iniciação Funcional para Magistrados – Módulo Nacional TJMG, TJPA, TJPR, TJRO, TJSP

P36: Em relação à carga horária poderia ser: aumentado o intervalo para o almoço; aumentado o tempo para cada palestrante, mesmo que para tanto fosse reduzida a quantidade de eventos.

P37: Carga horária pesada em confronto com os dias do evento e a quantidade de palestras propostas. Material de apoio (exceto o disponível na plataforma EAD ao qual não tive acesso ainda) se mostrou insuficiente e superficial.

P38: O tempo destinado a cada palestra é curto, podendo, a depender do tema, ser maior (carga horária merecer ser refletida). Excelente curso para integração de magistrados. Poderia se pensar na possibilidade de se fazer o curso em módulos: a) formação técnica; b) formação humanística.

P39: Sugiro que o curso seja repetido no prazo de aproximadamente 8 meses e com outra sistemática. Obrigada pelo curso!

P40: Penso que às informações transmitidas no curso poderiam ser conferidas maior carga horária, pois muitas vezes as interessantes discussões que estávamos tendo nas oficinas tiveram que ser interrompidas por conta da falta de tempo. Além disso, se pudéssemos sermos convocados com maior antecedência, poderíamos aproveitar com mais tranquilidade o curso, pois não estaríamos preocupados com os trabalhos deixados na comarca.

P41: A carga horária foi bem extensa e o tempo muito curto, tomando o curso cansativo.

P42: Os temas escolhidos para serem trabalhados no curso são bastante interessantes e úteis para o desempenho da carreira, porém a metodologia do curso é falha. O excessivo número de exposições e palestras teóricas, explicando conceitos e teorias que já são de conhecimento da plateia (já que são requisitos para o ingresso na carreira da magistratura) tornam-no cansativo e subaproveitado. As oficinas de trabalho, em que cada um pode trazer suas experiências e questões práticas a serem debatidas, foram muito mais proveitosas. Por exemplo, a exposição teórica sobre Direito Previdenciário, que passou muito tempo explicitando o caráter constitucional da competência delegada, em detrimento de todos os problemas concretos que todos os juízes enfrentam no exercício daquela competência cotidianamente (que foram abordados rapidamente na oficina). No ensejo, creio que as exposições deveriam ter um viés mais prático, que se nos apresentam, em detrimento da linha conceitual adotada. O tempo por atividade também foi mal aproveitado. Deveria haver mais tempo para oficinas e menos para exposições. A cumulação de muitos temas diversos ou complexos por dia prejudica a atenção sobre todos os temas discutidos. As seguidas horas de atividades, com pouco tempo para interação com os colegas, almoço, etc., tornaram o curso extenuante e fizeram a plateia perder o interesse. Como sugestão, o curso deveria ter uma elaboração mais focada, dividindo-o por exemplo, em temas inerente a função judicante e atribuições administrativas do magistrado. Em temas de cunho propedêutico e temas de função jurisdicional de viés prático. A tentativa de abordar tudo o que envolve o exercício da função fez com que o acesso não abordasse nada suficientemente. Por fim, as visitas aos tribunais teriam mais sentido se houvesse alguma interação com os Ministros, equipes dos tribunais, etc., de modo a conhecer a realidade desses tribunais. O simples fato de assistir a sessões não agrega conhecimento (já que podemos fazê-lo pela TV Justiça e deixa a todos muito cansados.)

P43: Eu ainda não consultei o material que está na plataforma, então não avaliei; A carga horária foi um pouco exagerada. Mesmo que perdéssemos algumas palestras (de conteúdo menos jurídico), seria melhor acabar mais cedo, porque não dá tempo de aliviar o cansaço até o dia seguinte e chegar bem para as palestras do outro dia; Não esqueçam que para nós, trata-se de informações novas.

P44: Organização do evento, antes de enviar as comunicações sobre o curso confirmem se o e-mail funcional é aquele mesmo, e se está ativo. Se a pessoa não está respondendo, provavelmente ela não está recebendo os e-mails. foi o que aconteceu comigo. Já que o TJ forneceu até minha conta-salário, confirmem, sugiro, claro) o e-mail por telefone quando o juiz não responder, porque essa falta de comunicação me atrapalhou um bocadinho (eu e outros colegas do TJMG, ainda não conseguimos ter acesso ao e-mail funcional)."

P45: Nas palestras, gostaria muito de ouvir quais os erros mais comumente cometidos pelos juizes. Isso foi feito brevemente em algumas falas mas poderia ser adotado como diretriz, principalmente nas oficinas em que podemos falar."

P46: Obrigada ao Ricardo e a equipe toda, fui muito bem recebida. Gostei muito do evento.

P47: O espaço da ENFAM é reconhecido. Entretanto, a pressa na abordagem de algumas questões cruciais foi muito sentida, a exemplo do Tema de Registro Público, Previdenciário e Violência da Mulher. Sugiro que se aumente o tempo da palestra, evitando colocá-los no mesmo períodos, bem como colocar as oficinas, se possível, um outro turno. Sugiro ainda, que se faça

IV Curso de Iniciação Funcional para Magistrados – Módulo Nacional TJMG, TJPA, TJPR, TJRO, TJSP

dentro de alguns meses um evento para que se observe se os novos magistrados estão aplicando as informações obtidas e refazer novas reflexões.

P48: Sugiro que a carga horária, de uma semana de curso, seja utilizada com menos temas, para que se possa discutir os assuntos, principalmente, nas oficinas. Algumas oficinas, com temas interessantes, foram desenvolvidas de uma forma muito rápida e com pouco tempo. Para que não seja tão cansativa, mas prazerosa. Isso poderia ser resolvido com uma maior carga horária de curso. Outra sugestão seria a de os temas serem direcionados a possível aplicação no interior dos Estados, que não têm estrutura para aplicar o que foi estudado. Os professores são experientes e capacitados, mas poucos têm vivência atual e cotidiana nas pequenas comarcas. Mas no geral, o curso foi muito bom.

P49: Temas muito importantes foram discutidos de forma corrida nas oficinas em decorrência do grande tempo perdido em palestras que não abordaram os temas de forma prática. Também não houve atividade que pudesse fomentar a interação entre os magistrados dos diversos tribunais, além de carga horária excessiva como no dia 16 em que uma das atividades começou às 19h. Finalmente, registro total descontentamento com a divisão e controle do tempo, pois os horários previstos não foram respeitados (principalmente para almoço e saída) e foram previstos muitos temas importante para um período curto. Elogio a qualidade dos palestrantes.

P50: A palestra sobre a questão racial trouxe apenas a opinião do palestrante, que é polêmica. Não somos obrigados a concordar com a questão das cotas. As questões previdenciárias mereciam mais atenção. Sistema Bacenjud, Renajud e Infojud considere desnecessário, aquilo já foi falado na Escola Judicial. Sugiro uma integração com as escolas judiciais dos Estados, para que não sejamos obrigados a assistir as palestras repetidas. Temos pouco tempo, e os processos estão se acumulando em nossos gabinetes durante esta semana, sem um substituto. O curso da ENFAM tem uma boa proposta, mas deveria apenas observar melhor a questão sobre a necessidade/utilidade das palestras, a justificar um deslocamento tão grande e a interrupção do trabalho em nossas Varas. Excelente o 1º dia sobre execução Penal. Por último, tenho a considerar ainda que a carga horária é pesada. Sair do hotel às 8h da manhã e chegar às 20h, ou até mais tarde, como no dia da visita ao TSE, é pesado. Especialmente pelo fato de que todos estamos começando na carreira, e - como se sabe - juiz em início de carreira tenta dar conta de tudo, trabalhando sábado, domingo, feriado e dia santo, e até no turno da noite. Portanto, já chegamos em Brasília cansados, muito cansados, assistir a palestras o dia inteiro, e com essa carga horária, com o cansaço proveniente do início da carreira, é torturante e massacrante. Não sei se os organizadores puderam observar, mas na plateia havia muito juizes dormindo. Não por falta de respeito ou descaso com o curso, mas por cansaço, simples cansaço. Estas questões devem ser levadas em consideração para o próximo curso. Sugiro que sejam as palestras iniciadas mais tarde (9 ou 10h), para que as pessoas possam descansar mais e minimizar o cansaço. De qualquer forma, agradeço pela estrutura e organização, muito eficientes.

AVALIAÇÃO DE REAÇÃO DO DESENVOLVIMENTO DAS PALESTRAS, OFICINAS E VISITAS

P1: As palestras são necessárias, mas as oficinas e outras atividades práticas devem ser intensificadas mormente na área criminal, execução penal e infância e juventude, além do direito previdenciário, áreas que demandam maior atuação dos magistrados do interior. Sugere um curso via EAD acerca de políticas sobre drogas. Ademais, é importante que os horários sejam respeitados, já que os atrasos provocam cansaço e prejudicam o andamento do curso.

P2: O tempo reservado às oficinas de trabalho deveria ser maior.

P3: Sugiro que nos próximos cursos haja mais tempo para as oficinas, principalmente aquelas que estão diretamente ligadas à atividade do juiz substituto em comarcas do interior.

P4: Aumentar o tempo de duração das oficinas.

P5: Merece crítica o de os magistrados terem ficado em pé durante a apresentação do sistema informatizado, tal apresentação poderia ter ocorrido no auditório, pois dessa forma teriam proporcionado maior conforto e, conseqüentemente melhor aprendizado e compreensão.

P6: As palestras podem ser mais objetivas, com abordagem que se aproxime da prática do juiz e da realidade das comarcas interioranas, que em muito diferem-se daquelas capitais. As oficinas foram mais produtivas, justamente pelo fato de aproximar o instrutor dos temas atinentes àquela realidade prática.

IV Curso de Iniciação Funcional para Magistrados – Módulo Nacional TJMG, TJPA, TJPR, TJRO, TJSP

P7: As oficinas de trabalho foram muito produtivas. Deveria ser reduzido o tempo das palestras e ampliado o tempo das oficinas de trabalho. para que os alunos possam tirar mais dúvidas quanto a questões práticas que ocorrem do dia-a-dia.

P8: Incluir visitas aos gabinetes de ministros para ver a dinâmica dos assessores. Visita ao CNJ.

P9: Carga horária insuficiente.

P10: Acredito que as oficinas de Direito Previdenciário deve ser disponibilizado maior tempo.

P11: Não vi relevância na visita realizada à Câmara dos Deputados.

P12: Maior ênfase em questões, aspectos práticos.

P13: Como forma de aprimorar o curso, seria interessante adequar o seu formato, pois as oficinas de trabalho foram extremamente proveitosas, no entanto, o tempo para o seu desenvolvimento não foi compatível para suprir as dúvidas/necessidades dos magistrados de diversos Estados. Assim, o curso seria mais proveitoso se fosse desenvolvido em sua maioria, através de oficinas de trabalho; uma vez que as palestras (meramente expositivas pouco contribuem para o aprimoramento dos magistrados, tenho em vista que as maiores dúvidas vieram sobre procedimentos/atos do dia-a-dia.

P14: Carga Horária deve ser aumentada, assim como a inclusão de temas como administração e gestão dos cartórios judiciais, questões referentes a segurança dos magistrados, (onde nos sentimos abandonados) entre outros.

P15: O tempo é muito certo para o desenvolvimento dos temas (01 semana é pouco).

P16: Sugestão: Maior espaço na agenda quanto às oficinas de trabalho, momento sobre o tema Direito Previdenciário. Reitero o meu agradecimento pela oportunidade.

P17: Diminuir o número de palestras para aumentar o tempo das oficinas. O prazo das oficinas ficou muito reduzido. As palestras no auditório também são boas mas é oficina que são mais visíveis os resultados (questionamentos, tira-dúvidas, compartilhamento de experiências); Parabéns pela organização! Obrigada por nos receber aqui na casa de vocês e colaborar com nome aperfeiçoamento profissional e pessoal.

P18: Muito corrido, com pouco tempo para os expositores, o que prejudica o conteúdo. Contudo, a iniciativa na realização do curso é louvável e deve ser reconhecida a dificuldade logística na sua elaboração e execução. Espero que estes cursos se firmem e sejam aprimorados, assim como sejam criados cursos específicos em áreas mais sensíveis do Direito (Drogas, Improbidade Administrativa, corrupção na Administração Pública etc.) e outros de atualização.

P19: O Juiz Palestrante de 'O Juiz e a Sociedade' infelizmente trouxe uma visão pessimista dos juizes sem trazer exemplos de bons juizes que trabalham em prol da sociedade como o Desembargador de SP Antônio Malheiros, que foi outro palestrante. Dessa forma, o título da palestra não deveria ser apenas 'O Juiz e a Sociedade'.

P20: A avaliação regular para o item 'Câmara dos Deputados' foi quanto à desorganização da casa legislativa, uma vez que os parlamentares não prestavam atenção em quem falava. Quanto a Enfam nos levar até o congresso, considereí ótimo.

P21: O curso em qual foi de regular a bom. Entretanto alguns temas foram manifestados de forma muito célere. Poucos cursos desviaram da temática ou não afrutaram-na de forma adequada.

P22: Os temas abordados foram muito úteis e práticos para o dia-a-dia. As oficinas de trabalho oportunizaram solucionar algumas dificuldades que encontrei na comarca. Acredito apenas que seria necessário mais tempos para uma melhor análise. Ou ainda a feitura de cursos a distancia sobre "menores infratores", "INSS"(parte prática).

P23: Excelente curso! Parabéns e agradecimentos a Enfam, especialmente as pessoas do Dr. Ricardo e da Dra. Sandra. Ficou bem claro que o objetivo do curso é de provocar uma reflexão, "plantando" boas ideias. A missão foi cumprida! A título de sugestão, proponho que os próximos cursos tentem enfocar mais o caminho a seguir para a implementação prática das ideias propostas, levando-se em consideração as limitações e dificuldades enfrentadas pelos juizes de comarcas de pequeno porte.

P24: Os melhores momentos do curso foram as oficinas de trabalho, uma pena que a elas foi dedicado pouco tempo, já que foram mais produtivas e práticas do que as palestras. Não entendi a razão da palestra "A questão racial no Brasil" e a palestra

IV Curso de Iniciação Funcional para Magistrados – Módulo Nacional TJMG, TJPA, TJPR, TJRO, TJSP

“O papel do judiciário combate às drogas”, não revela nenhuma conclusão, apenas a atuação isolado de um juiz, que se mostra exceção.

P25: INSS: Deveria ser objetiva para questões práticas do dia-a-dia do Juiz a 1º grau. Serventias extrajudiciais: Quem deveria nos orientar quanto ao que se deve ser o objeto de correição num cartório extrajudicial, deveria ser um juiz corregedor com vasta experiência e não um próprio notário/registrator. Sustentabilidade-STJ: Pareceu-me perda de tempo falar para juízes como economizar papel. Temos essa consciência, afinal uma das matérias objeto do concurso (em SP) foi justamente Direito Ambiental.

P26: Absurda a situação da exposição de vídeos do TSE com os participantes em pé durante mais de 30 minutos o que deveria ser exposto enquanto estávamos no auditório sentados. Também foi um absurdo o fato de termos de ir de pé em um ônibus porque uma das vans(onde já estávamos sentados e fomos retirados) foi usada para levar um grupo para um restaurante.

P27: O curso foi muito bom. Apenas sugeriria que o tempo das oficinas fosse maior, pois nelas é que podemos discutir com mais profundidade os temas tratados. As palestras do Dr. Torres foram muito boas. Contudo, o tom predominante na palestra foi triste, desanimador. Por fim, infelizmente faltou tempo ao COAF.

P28: Os temas escolhidos foram muito proveitosos, contudo o espaço de tempo inviabilizou- nos de tirarmos todos as dúvidas.

P29: Entendo que o tema de Direito Previdenciário foi desenvolvido de forma muito superficial e sem melhores explicações sobre os temas. As oficinas de Direito Previdenciário segue a mesma análise faltou substância para expor tema relevante. A visita à Câmara dos Deputados faltaram: Uma exposição mínima sobre a câmara e as comissões, o debate entre situação e oposição, pois foi passada uma visão sobre assuntos importantes para o Brasil de forma superficial, ausência de uma assessoria da Câmara para mostrar o prédio e seu funcionamento. Quanto ao tema ENCCLA faltou mostrar a utilidade para a justiça Estadual. O destaque do curso foi a visita do TSE foram as referencias da visita. Destaco, por fim, os funcionários da Enfam que foram sempre solicitados, educados e acolhedores.

P30: Penso que o curso deve privilegiar as oficinas de trabalho, especialmente por envolver discursões práticas entre as diferenças regiões do país. Observa-se, ademais, que discussões teóricas acabam sendo repetição do que longamente estudamos no decorrer da busca pela aprovação e ingresso na magistratura. Para evitar o cansaço, penso que o curso deve garantir pelo menos uma manhã livre ou iniciar um pouco mais tarde, usando especialmente adequado aproveitamento.

P31: Mais tempo para oficinas de trabalho.

P32: Em especial, a visita a Câmara dos Deputados não traz conhecimentos aplicáveis na atividade judicante, não estando, portanto, com consonância com os objetos do curso de iniciação. Ademais, as palestras mais teóricas comprometeram a concentração e prejudicou o aproveitamento do tempo, no que tange as oficinas. As exposições precisou ter caráter mais prático, reaproximando o novo magistrado da realidade que certamente encontra em uma nova comarca.”

P33: Quanto às palestras nos quais se falava da capacidade de articulação do juiz, faltou o como. Como começou quais as dificuldades encontradas, como foram superadas...

2) Eu queria ter ouvido mais sobre registros..

3) Assistir ao vídeo(que não se conseguia ver) de pé no TER não me apareceu uma boa ideia. A indumentária e os petrechos de que nos valemos para assistir às palestras não são apropriados a tal de atividade.

4) Seria bom ouvir um pouco sobre as experiências bem-sucedidas de gestão e articulação de juízes oriundos de Regiões com extrema escassez de recursos, como são boa parte dos juízes aqui presentes.”

P34: Considerei a visita à Câmara dos Deputados desnecessária, embora interessante. Isto porque já havíamos feito a visita ao STF (que considerei extremamente válida, já que assistimos à sessão plenária) e ir à Câmara depois foi bem cansativo. No mais, considerei o curso em geral bastante interessante, fato é que a realidade dos Estados e comarcas são diversas e não cautelamos, nem de longe com a estrutura vista aqui. No entanto, observar o funcionamento da justiça em outros locais amplia a visão e, sem dúvida, é um incentivo a novas ações da nossa parte. Em tempo, observei que os horários não foram observados em nenhuma das palestras, todas atrasaram, o que causa certo incômodo e torna o curso cansativo. Sugiro maior rigor quanto ao tempo disponibilizado aos palestrantes.

IV Curso de Iniciação Funcional para Magistrados – Módulo Nacional TJMG, TJPA, TJPR, TJRO, TJSP

P35: *Visitas ao Tribunal Superior Militar e ao Tribunal de Contas da União. Só faltaram esses tribunais. Fica a sugestão de um curso de 'Gestão Estratégica' e de um curso de 'Etiqueta e Ética' aos juizes de alguns Estados.*

P36: *1) Quanto a palestra da questão racial, acredito que o palestrante cingiu-se a apontar sua visão pessoal acerca do tema, afastando-se das questões técnicas que deveriam ser abordadas na exposição.
2) Palestra genérica e, no meu entendimento, fora do contexto do curso.*

P37: *A apresentação da Câmara dos Deputados foi rápida e superficial, não acrescentando ou modificando em nada o 'pré-conceito' que muitos de nós temos do Poder Legislativo.*

P38: *Acredito que às oficinas de Direito Previdenciário deve ser disponibilizado maior tempo.*

P39: *Penso que no TSE foi muito cansativo, pois já estávamos desde às 08:00 em palestras. A palestra das serventias extrajudiciais foi cansativa, pouca didática e não conseguimos verificar a aplicabilidade no dia a dia. Quanto a palestra do ENCCCLA, achei que em sua maior parte não teve aplicabilidade para a Justiça Estadual. Eu adorei o curso e, por isso, sugiro que a cada 02 anos seja refeito o curso (com outros temas) para que possamos falar das nossas experiências, o que conseguimos aplicar das ideias e também para nos manter motivados pois, talvez, daqui a 02 anos estejamos um pouco frustrados com a estrutura da comarca e com a falta de apoio dos desembargadores e tribunais. Achei que faltou condensar o tempo na palestra da COAF para ter tempo de mostrar casos concretos ao invés de mostrar os dados estatísticos.*

P40: *O tempo escasso impediu um maior desenvolvimento dos temas. A maioria dos temas havia sido recentemente visto no curso de formação, principalmente aqueles que informavam a importância social das nossas funções. Poderia haver dicas práticas de como conciliar uma atuação social ativa com a produtividade que de nós é exigida, uma vez que a condição para o desempenho de nossas funções é muitas vezes precária (1/2 juizes, sem assessor, para uma redistribuição de 400 processos/mês). Sugiro, além de resolver os "problemas" acima, que façam um evento nacional, convidando os magistrados a escreverem a respeito do seguinte tema 'Os Maiores Problemas de Minha Comarca de minha Competência e que Medidas Concretas Tomei/Penso poder Tomar para Atendê-los/Solucioná-los'. Com isso, poderiam escrever um livro com os melhores artigos e vendê-los/distribuí-los para os magistrados.*

P41: *As visitas realizadas deixaram a desejar. A exposição guiada do TSE pareceu ter sido idêntica à utilizada aos visitantes em geral, trazendo assim, pouquíssimo a acrescentar aos magistrados. Penso que os, digo, a visitas aos tribunais superiores seriam mais proveitosas se houvesse algum contato com os gabinetes dos ministros, já que o julgamento colegiado em si é acessível pela televisão. As palestras foram fantásticas, mas o tempo nas oficinas, onde a interatividade era possível, foi exiguo. No mais, parabênizo a ENFAM pela ótima organização do evento.*

P42: *Apesar de eu ter gostado bastante da visita ao TSE, a palestra do Departamento de Informática foi muito desconfortável, com as pessoas em pé, no corredor do prédio, o que causou muita dispersão entre os participantes. No geral eu gostei muito do curso, mas acho que o tempo foi curto para tanto conteúdo, sendo que as oficinas merecem mais tempo porque geralmente são muito produtivas. Sugiro que o curso seja dividido em módulos e tenham mais tempo.*

3. INVESTIMENTOS

O investimento total foi de **R\$ 360.430,99 (trezentos e sessenta mil, quatrocentos e trinta reais e noventa e nove centavos)**, sendo **R\$ 344.649,82 (trezentos e quarenta e quatro mil, seiscentos e quarenta e nove reais e oitenta e dois centavos)** destinados a despesas com diárias de tutores e participantes, e **R\$ 15.781,17 (quinze mil, setecentos e oitenta e um reais e dezessete centavos)**, com passagens de tutores.

4. CONCLUSÕES

Com fundamento nos dados apurados na pesquisa, abordados neste relatório, pode-se concluir que a avaliação quanto à organização do curso foi positiva, uma vez que obteve conceitos entre ótimo e bom. De igual forma, as apresentações dos temas pelos entes convidados foram bem avaliadas, pois as respostas concentram-se entre os conceitos **ótimo e bom**.

No entanto, o resultado obtido não impede o constante aperfeiçoamento para a realização de novos cursos/eventos, especialmente quanto à adequação da carga horária ao desenvolvimento dos temas, a maior interação entre os juízes participantes, bem como a melhor administração do tempo, mesclando palestras com visitas.

É importante ressaltar que a avaliação de reação destina-se à melhoria do processo pedagógico, permitindo ser percebida como aliada da formação e do aperfeiçoamento do magistrado tal qual um instrumento para guiar e auxiliar na eficácia das ações educacionais futuras e, principalmente, ser compreendida como uma estratégia vinculada às metas estabelecidas no que diz respeito aos objetivos pretendidos, às aprendizagens desejáveis, à qualidade e à efetividade dos cursos.

Tem-se assim que, a partir do registro da satisfação/insatisfação ou opinião/sugestão dos cursistas, é possível fazer vínculo de sua reação com a eficácia da ação educacional, trabalhando-se os pontos fracos para atingir as metas desejadas.

Brasília-DF, 05 de agosto de 2013.



Emília Maria Rodrigues da Silva
Coordenadoria de Pesquisa e Ensino

De acordo.



Benedito Eugênio de Almeida Siciliano
Secretário-Executivo